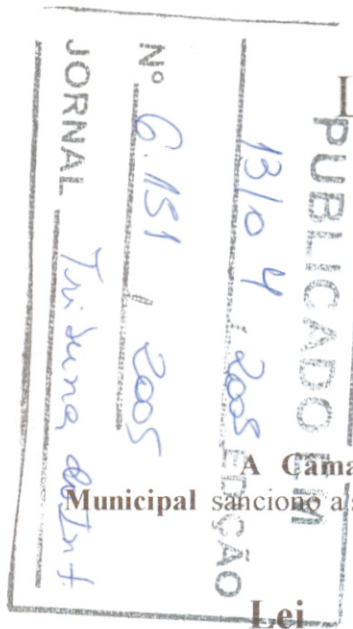




# PREFEITURA MUNICIPAL DE IRETAMA

ESTADO DO PARANÁ  
C.G.C. 76.950.088/0001-74



## LEI N ° 014/2005

SÚMULA: Define as obrigações de pequeno valor a que se refere o § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

A Câmara Municipal de Iretama, estado do Paraná aprovou, e eu, **Prefeito Municipal** sanciono a seguinte:

Art 1º - Esta Lei define as obrigações de pequeno valor a que se refere o § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

Art 2º - Ficam definidas como sendo obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, aqueles cujos valores de execução não excedam a importância correspondente a 10 salários mínimos.

§ 1º - É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição do precatório.

§ 2º - É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei.

Art 3º - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 90( noventa) dias, contados da apresentação de requerimento à Secretaria da Administração e Planejamento, Departamento Financeiro, instruindo com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IRETAMA**

**ESTADO DO PARANÁ**  
**C.G.C. 76.950.088/0001-74**

Art 4º - Para cumprimento da disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, utilizando como recursos os provenientes de anulação parcial ou total de dotação orçamentária.

Art 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Francisco Ruiz, 11 de abril de 2005.

**Antonio José Quesada Piazzalunga**  
Prefeito Municipal de Iretama